

Restauração ignora IVA de caixa e exige corte real

● **Silêncio total** após a reunião da associação do setor com ministro da Economia, a uma semana da divulgação de estudo oficial

Lucília Tiago e Ana Margarida Pinheiro
dinheirovivo@dinheirovivo.pt

O novo ministro da Economia recebeu ontem a principal associação que representa os restaurantes, a AHRESP, mas no final do encontro não houve confirmação de que a descida do IVA tenha sido discutida, como se esperava.

Apouco mais de um mês da entrada em vigor do IVA de caixa, a restauração continua a pedir uma descida da taxa deste imposto. Até porque, como acentua o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, esta alteração no regime de liquidação e dedução do IVA não tem qualquer interesse para este setor, que argumenta com prejuízos nacionais de vulto se a taxa não voltar a descer de 23% para 13%.

Este regime, que pode ser acionado pelas empresas a partir de setembro e que começará a ter efeitos a 1 de outubro, permite-lhes entregar ao Estado o IVA apenas quando o recebem do seu cliente. A ferramenta, há muito reivindicada, visa colmatar o efeito que os atrasos nos pagamentos aos fornecedores têm nas disponibilidades financeiras dos agentes económicos. Só que no caso das

vendas dos restaurantes aos consumidores, este tipo de atrasos no pagamento não se verifica, já que o IVA é pago no momento da venda.

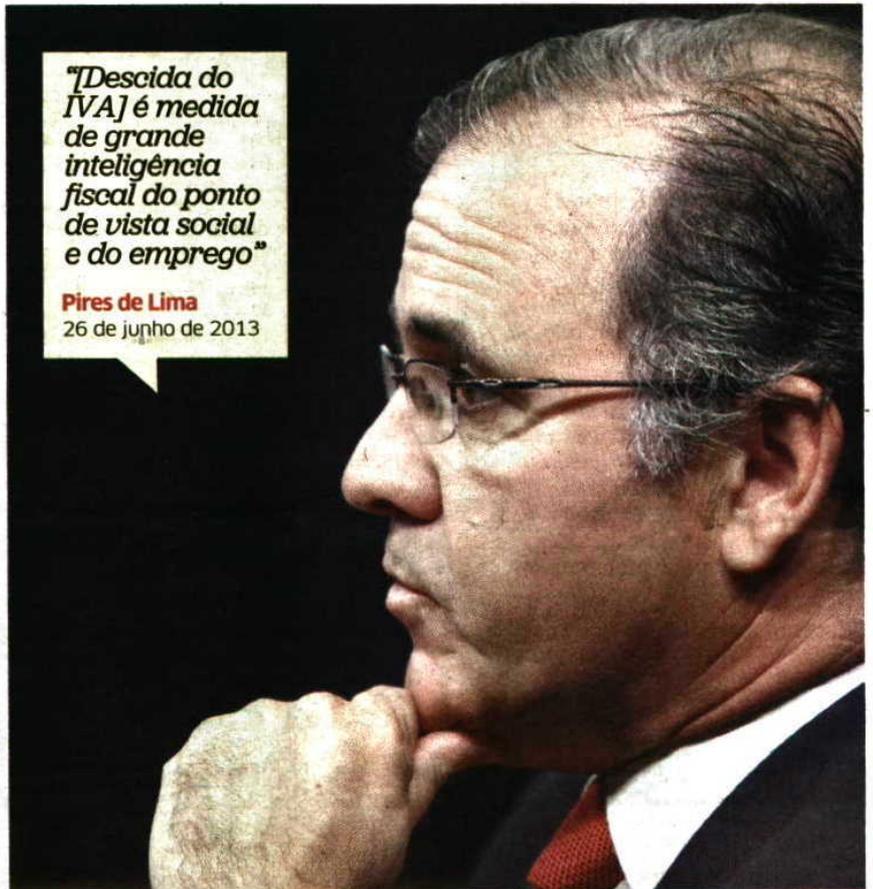
“Como, no caso da restauração, o IVA é pago no momento do ato do consumo, as empresas não correm o risco de estar a entregar ao Estado IVA que ainda não lhes foi pago pelos clientes”, refere Domingues de Azevedo ao Dinheiro Vivo. E é este pormenor que faz com que uma das mais significativas alterações ao IVA observadas este ano “não tenha interesse para este setor”.

O mesmo é sublinhado por João Pedro Soares, presidente da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME). “Não há necessidade rigorosamente nenhuma de aderir ao IVA de caixa. As empresas com volume de negócio até 500 mil euros são fundamentalmente restauração e comércio, que pela sua natureza não recebem IVA com atraso e, como tal, não precisam de mais tempo para o pagar”, justifica.

Reunião de “boas-vindas”
O problema da restauração é mesmo a taxa de 23% que se aplica em Portugal e que é a terceira mais alta da Europa. Ainda ontem, a AHRESP (Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) voltou a reunir-se com o ministro da Economia para não deixar o tema cair em esquecimento. A reunião, que o presidente Mário Pereira Gonçalves apelidou como sendo de “boas-vindas” surge uma semana antes de ser conhecido o estudo que está a analisar os custos de contexto deste setor.

“Descida do IVA é medida de grande inteligência fiscal do ponto de vista social e do emprego”

Pires de Lima
26 de junho de 2013



À LUPA // PREJUÍZOS AVULTADOS

280

Subida provoca milhões de prejuízo nacional

A subida da taxa do IVA para 23% na faturação causará, segundo um estudo da AHRESP, prejuízos de cerca de 280 milhões de euros em 2013.

O que a AHRESP alega é que se o Governo reduzir de imediato a taxa do IVA, o saldo entre a perda do imposto adicional expectável até ao final de 2013 - cerca de 280 milhões de euros - e os valores recuperados em subsídios de desemprego, TSU e IRS - 346 milhões de euros - será positivo para as contas do Estado em 66 milhões de euros. A Associação, que se baseia num estudo da consultora

66

Descida pode tornar saldo da balança positivo

Caso o IVA volte aos 13%, ainda segundo a AHRESP, o saldo da balança nacional referente ao setor passará a ser positivo em 66 milhões de euros.

Ernst&Young (“Fiscalidade no Turismo Português”, apresentado a 26 de junho), lembra ainda que a queda da taxa iria assegurar a manutenção de 30 mil postos de trabalho no setor. Pelo contrário, o IVA a 23% poderá destruir 150 mil postos de trabalho, alega a associação. Apesar de não se comprometer com uma descida, o novo ministro é uma das esperanças do setor. Até passar

30

milhares de empregos estão em risco em 2013

A AHRESP alega que manter o IVA na taxa atual ditará encerramentos em massa na restauração e a perda de cerca de 30 mil empregos este ano.

para a tutela, Pires de Lima mostrou-se contra o aumento do imposto, e chegou a reivindicar a sua descida. Afirmava que a redução do IVA é uma “medida de grande inteligência fiscal do ponto de vista social e do emprego”.

Esta é, de resto, a opinião do Partido Socialista, que a 15 de setembro vai apresentar ao Parlamento um projeto-lei para a redução da taxa para 13%. ●

SOCIALISTAS VÃO LEVAR EM 15 DE SETEMBRO PROPOSTA DE DESCIDA AO PARLAMENTO